



ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Parintins

PALÁCIO CORDOYIL

LEI Nº 118/93-PGPMP.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
A CONSTITUIR A EMPRESA DE
DESENVOLVIMENTO DE PARIN
TINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN
CIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, no uso de
suas atribuições legais, etc.

FAZ saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS,
em sessão realizada dia 07 de outubro de 1993 - APROVOU e
sanciono a seguinte,

I II III

Art. 1ª - Fica criada a Empresa de Desenvolvi-
mento de Parintins - EMDEPAR, de personalidade jurídica de
direito privado, com autonomia administrativa, sob a super
visão do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 2ª - A Empresa de Desenvolvimento de Pa
rintins - EMDEPAR, terá sede e fôro na Cidade de Parintins.

Art. 3ª - A Empresa de Desenvolvimento de Pa
rintins - EMDEPAR, terá por objetivo:

I - Orientar a implantação e administrar o Dis
trito Agro-Industrial de Parintins;

II - Participar, em caráter complementar da exe
cução da política agropecuária do Município, através da
prestação de serviços;

III - Orientar e desenvolver projetos e/ou pro
gramas de colonização agrária;

IV - Promover a importação, produção e o comér
cio de materiais de consumo e bens de capital em geral;

V - Implantar e administrar o armazenamento e/
ou beneficiamento de produtos agrícolas e agropecuários;

VI - Comercializar, industrializar insumos, pro
dutos agrícolas e agropecuários.



Art. 4º - A Empresa de Desenvolvimento de Parintins - EMDEPAR, no cumprimento de suas finalidades, deverá com prévia autorização legislativa:

a) - firmar convênio e contratos com repartições, autarquias e sociedades de economia mista no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

b) - receber doações e contrair empréstimos;

c) - prestar serviços e realizar operações com sua estrutura e finalidade por administração direta.

Art. 5º - O Município poderá incorporar ao patrimônio da Empresa de Desenvolvimento de Parintins - EMDEPAR, bens móveis que julgar necessários aos atendimentos das finalidades da Empresa, mediante autorização legislativa.

Art. 6º - Para atingir suas finalidades a EMDEPAR poderá utilizar recursos públicos Federais, Estaduais e Municipais orçamentários e extraorçamentários, bem como, contrair empréstimos e financiamentos junto a entidades de créditos, relacionados com projetos e programas específicos, obrigando-se a manter um regime de controle individual de cada operação financeira.

§ ÚNICO - Serão obrigatoriamente precedidas de autorização legislativa, através de solicitação do Executivo, as operações de empréstimos e financiamentos que ultrapassem individualmente, o limite de 7.000 (sete mil) UFIR (Unidade Fiscal de Referência).

Art. 7º - A Empresa de Desenvolvimento de Parintins - EMDEPAR, será gerida por um Conselho de Administração e submete-se a um Conselho Fiscal sem prejuízo da supervisão governamental.

§ PRIMEIRO - O Conselho de Administração compõe-se de 01 Diretor Presidente, 01 Chefe de Gabinete e de 01 Procurador Jurídico sob a supervisão do Chefe do Executivo Municipal.

§ SEGUNDO - A nomeação e posse do Diretor Presidente da EMDEPAR, somente ocorrerá após escolha do Executivo, que submeterá seu nome a aprovação do legislativo.

§ TERCEIRO - O Regulamento da EMDEPAR dará as formalidades legais para a escolha e aprovação do nome de seu Diretor Presidente, bem como sua posse.



§ QUARTO - O Conselho Fiscal da EMDEPAR será composto de 05 (cinco) Membros, dos quais 03 (TRÊS) serão indicados pelo Executivo e 02 (DOIS) pela Câmara Municipal.

Art. 8ª - A EMDEPAR, terá quadro próprio de servidores, os quais ficarão sujeitos ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ ÚNICO - O Disposto na caput deste artigo não prejudica que seja colocado à disposição da EMDEPAR, sem ônus para o Município, servidores do quadro de pessoal próprio da Prefeitura.

Art. 9ª - Em caso de liquidação da EMDEPAR, o seu acervo total reverterá ao Patrimônio do Município, depois de pagar as dívidas legalmente contraídas.

Art. 10ª - A EMDEPAR sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto as obrigações trabalhistas e tributárias.

Art. 11ª - A EMDEPAR, encaminhará ao Legislativo, através do Executivo Municipal, balancetes mensais de suas atividades dentro dos prazos e normas previstas em seu Regulamento.

Art. 12ª - A EMDEPAR, submeterá anualmente à aprovação do Prefeito Municipal, o Relatório de suas atividades e prestação de contas do exercício e posteriormente, serão encaminhadas à Câmara Municipal para homologação.

Art. 13ª - Fica aberto o crédito especial de CR\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZEIROS REAIS), para ocorrer às despesas com a instalação da EMDEPAR, capital inicial.

Art. 14ª - O Prefeito Municipal dentro de 30 (trinta) dias a contar da data da vigência desta Lei, encaminhará Projeto de Lei, à Câmara Municipal, dispondo sobre o Regulamento da EMDEPAR, para análise e aprovação.

Art. 15ª - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL em, 14 de outubro de 1993.

Raimundo Reis Ferreira
PREFEITO DE PARINTINS/AM